



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
PINGO D'ÁGUA - MG**
Concurso Público nº 01/2022



CADERNO DE PROVAS

Preencha com seu nome completo
Cargo Pretendido
ADVOGADO

Senhor(a) Candidato(a),

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO.

Antes de iniciar a prova, leia com atenção as instruções abaixo:

1. Atenção: se você não assinou a lista de presença na entrada da sala, faça isso antes de iniciar a prova;
2. TODOS os seus pertences, inclusive bolsa, deverão ficar debaixo da sua mesa. Celular desligado, carteira, chaves, moedas e relógio deverão ser acondicionados na sua bolsa, mochila ou no envelope plástico disponível com o Fiscal de Sala. Deverá ficar sobre a mesa apenas CANETAS E DOCUMENTO DE IDENTIDADE;
3. Confira se este caderno de provas se refere ao cargo de sua inscrição;
4. A **Folha de Respostas** será entregue durante a realização da Prova e deverá ser imediatamente assinada, **na presença do fiscal**, com apresentação do documento de identidade;
5. Se houver alguma divergência nas informações da sua folha de respostas, informe ao fiscal;
6. Durante a prova, evite qualquer espécie de comentário, sendo vedado consultas ou utilização de calculadoras, telefones celulares, aparelhos eletrônicos, boné, chapéu ou óculos com lente escura;
7. Fique atento à sua prova e evite exposição à visão dos demais candidatos;
8. Não mexa ou utilize qualquer pertence durante a prova sem autorização do fiscal de sala;
9. Caso necessite ir ao banheiro, levante a mão e aguarde o fiscal de sala;
10. Ao se dirigir ao banheiro durante a prova você poderá ser chamado a passar pelo detector de metais;

11. Ao terminar sua Prova, transcreva as respostas assinaladas para sua Folha de Rascunho ao final deste caderno e depois para a Folha de Respostas Oficial, sempre **à caneta azul ou preta**;
12. Se quiser levar a Folha de Rascunho, solicite ao fiscal na hora da entrega da prova; Somente o fiscal poderá destacar a Folha de Rascunho.
13. Recomendamos máxima atenção nas marcações da Folha de Respostas Oficial, pois NÃO há 2ª via;
14. **Não dobre, não amasse e não rasure a Folha de Respostas, ela é a sua prova**;
15. Será anulada a questão que contiver rasuras, emenda, mais de 1(uma) resposta assinalada, nenhuma resposta assinalada ou resposta não assinalada à caneta, na Folha de Respostas;
16. **Ao final da prova deverão ser devolvidos ao Fiscal de Provas a Folha de Respostas e este Caderno, levando consigo a folha de rascunho, para futuras conferências.**
17. Esta prova terá duração máxima de 3 (três) horas.
18. O candidato só poderá sair de sala **após 60 minutos** do início da prova;
19. Os três últimos candidatos deverão sair juntos da sala, por medida de segurança;
20. Será dado um aviso quando restar 30 minutos para o término do horário de prova;
21. Qualquer dúvida ou necessidade dirija-se direta e exclusivamente ao Fiscal de Provas;
22. O gabarito, bem como cópia deste caderno de provas estarão disponíveis no site da empresa a partir das 15 horas do dia 15/08/2022;
23. Atenção ao sair, não se esqueça dos seus pertences pessoais.

A MB Gestão Pública Ltda. deseja a você uma BOA PROVA!

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) É possível afirmar que os princípios da supremacia do interesse público e da indisponibilidade do interesse público fundamentam o Regime Jurídico Administrativo.
- b) A Administração Pública não se submete ao princípio da legalidade estrita, já que o administrador pode fazer tudo aquilo que a lei não proíbe expressamente, desde que seja de forma motivada.
- c) Os princípios da moralidade e da impessoalidade não servem de fundamento para a proibição da prática do nepotismo.
- d) Os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência alcançam a Administração Pública Direta mas não a indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

2. Sobre os atos administrativos e seus elementos marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) Para doutrina majoritária os elementos do ato administrativo são: objeto, motivo, competência, finalidade e forma.
- b) Sobre a competência do ato administrativo, não pode ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo.
- c) A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
- d) O excesso de poder e a usurpação de função pública não podem ser considerados vícios na competência, porquanto uma vez praticado o ato administrativo, ainda que fora dos limites previstos em lei ou por alguém não investido na função pública, o ato se torna estável e se consolida no mundo jurídico, em razão do princípio do ato perfeito e em virtude da competência ser um elemento discricionário do ato administrativo.

3. Nos exatos termos da lei 8666/93, é dispensável a licitação, **EXCETO**:

- a) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- b) Quando o Município tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- c) Nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.
- d) Para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

4. Sobre a ação civil pública, leia cada uma das afirmativas abaixo e em seguida marque a opção **CORRETA**:

- I. É regida pela lei da ação civil pública, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados, dentre outras, ao meio ambiente e ao consumidor.
- II. A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- III. O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública, podendo propor tanto a ação principal quanto a cautelar.
- IV. Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.

- a) Todas estão erradas;
- b) Todas estão corretas;
- c) Somente a IV está incorreta;
- d) Somente I está errada.

5. Marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) A sentença civil, na ação civil pública, fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- b) Nas ações civis públicas não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogado, custas e despesas processuais.
- c) Na ação civil pública, o juiz não poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, ainda que seja para evitar dano irreparável à parte.
- d) Na ação civil pública, decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.

6. No tocante aos mandados de segurança, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.
- b) Ainda que em caso de urgência, não é permitido, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico, ainda que de autenticidade comprovada e cumpridos requisitos previstos em lei.
- c) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial transitada em julgado.
- d) A petição inicial, que deverá preencher os requisitos estabelecidos pela lei processual, será apresentada em 2 (duas) vias com os documentos que instruírem a primeira reproduzidos na segunda e indicará, além da autoridade coatora, a pessoa jurídica que esta integra, à qual se acha vinculada ou da qual exerce atribuições.

7. São competências do Município, EXCETO:

- a) Legislar sobre assuntos de interesse local.
- b) Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental.
- c) Legislar sobre Direito urbanístico.
- d) Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.

8. Marque a alternativa INCORRETA:

- a) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
- b) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de um terço dos membros da Câmara Municipal.
- c) As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- d) O subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe a Constituição Federal, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os limites máximos também definidos na Constituição Federal.

9. Marque a alternativa INCORRETA:

- a) O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei.
- b) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres da administração pública direta frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva.
- c) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada, dentre outras, pela conduta de negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei.
- d) De acordo com a lei que trata da improbidade administrativa, nas hipóteses de fusão e de incorporação, a responsabilidade da sucessora não será restrita à obrigação de reparação integral do dano causado, lhe sendo sempre aplicáveis todas as demais sanções previstas nesta Lei decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou da incorporação.

10. Marque a alternativa CORRETA:

- a) Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
- b) Os títulos da dívida pública terão prévia aprovação pelo Congresso Nacional e serão resgatados no prazo de até vinte anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de dois por cento ao ano.
- c) O Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de dois anos, contado a partir da sua incorporação ao patrimônio público.
- d) Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

11. Marque a alternativa INCORRETA:

- a) Lei municipal, baseada no plano diretor, poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário, dentre outras hipóteses, para fins de preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural.
- b) A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.
- c) Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania.
- d) No caso de cidades com mais de trezentos mil habitantes, deverá ser elaborado um plano de transporte urbano integrado, compatível com o plano diretor ou nele inserido.

12. Sobre os bens públicos, marque a alternativa INCORRETA:

- a) É possível afirmar que são públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- b) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- c) Os bens públicos dominicais não podem ser alienados.
- d) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

13. Marque a alternativa INCORRETA:

- a) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- b) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
- c) As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de cargos em confiança, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma

separada, sem o compartilhamento de cadastros e informações fiscais, na forma da lei.

- d) A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente, dentre outras, as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços.

14. No que diz respeito às modalidades de licitação, leia cada uma das afirmativas e em seguida marque a alternativa **CORRETA**:

- I. Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.
- II. Na compra de bens de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, é permitida a cotação de quantidade inferior à demandada na licitação, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o edital fixar quantitativo mínimo para preservar a economia de escala.
- III. As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.
- IV. Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de quarenta e cinco dias.

- a) Todas estão corretas;
- b) Todas estão incorretas;
- c) Somente a IV está correta;
- d) Somente II e III estão incorretas.

15. Sobre o direito de preempção, previsto no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), o mesmo será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:

- I. Regularização fundiária.
- II. Execução de programas e projetos habitacionais de interesse social.
- III. Constituição de reserva fundiária.
- IV. Ordenamento e direcionamento da expansão urbana.

- a) Todas as hipóteses acima;
- b) Apenas as hipóteses II e IV;
- c) Apenas para as hipóteses II, III e IV;
- d) Apenas para as hipóteses II e III.

As questões 16 a 20 deverão ser respondidas com base na Lei Orgânica do Município de Pingo D'Água:

16. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação estadual, é de competência privativa do Município.
- b) É vedado ao município estabelecer limitações ao tráfego pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.
- c) A câmara Municipal será composta por 11 vereadores, obedecido o princípio da proporcionalidade da população do Município, na forma do estabelecido na Constituição Federal.
- d) Compete privativamente à Câmara autorizar o Prefeito, por necessidade do serviço, a ausentar-se do Município por mais de 15 dias.

17. De acordo com o art. 45 a Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta de: Assinale a alternativa CORRETA:

- a) De um terço, no mínimo, dos membros da Câmara.
- b) De dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara.
- c) Unanimidade dos membros da Câmara.
- d) Metade dos membros presentes na sessão, com voto qualificado do Presidente.

18. Assinale a alternativa INCORRETA: O Conselho do Município, previsto no art. 93, é o órgão superior de consulta do Prefeito, e terá a seguinte composição:

- a) O Vice-Prefeito.
- b) O Presidente da Câmara.
- c) Ex-prefeitos.
- d) Ex-secretários Municipais da Fazenda.

19. O Prefeito de Pingo D'água decidiu pela contratação temporária de alguns servidores e, baseado no art. 104, orientou seu secretário de administração a elaborar contratos de 24 meses. O Secretário se negou e informou que o prazo só pode ser de 6 meses. Consultado sobre o assunto o Procurador Geral manifestou que o prazo pode ser de até 48 meses, fechando com o mandato eletivo. Já o contador, que participou da discussão garantiu que esse prazo é de 12 meses, prorrogável por outros 12 meses.

Assinale a alternativa que indica a orientação **CORRETA**:

- a) Do Prefeito.
- b) Do Secretário.
- c) Do Procurador.
- d) Do Contador.

20. Assinale a afirmativa **INCORRETA**:

- a) O regime Jurídico dos servidores públicos municipais de Pingo D'Água é o estatutário;
- b) O Município de Pingo D'Água terá como limite máximo de remuneração, os valores percebidos em espécie, pelo Governador do estado;
- c) A revisão geral da remuneração dos servidores públicos far-se-á sempre na mesma data e com os mesmos índices;
- d) O regime previdenciário dos servidores municipais é o Regime Geral de Previdência Social RGPS.

PROVA DE PORTUGUÊS

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DE CAXIAS DO SUL

Leia abaixo a redação de Larissa Freisleben, que recebeu nota mil no Enem.

Publicidade Infantil: perigoso artifício

Uma criança imitando os sons emitidos por porcos já foi atitude considerada como falta de educação. No entanto, após a popularização do programa infantil "Peppa Pig", essa passou a ser uma cena comum no Brasil. O desenho animado sobre uma família de porcos falantes não apenas mudou o comportamento dos pequenos como também aumentou o lucro de uma série de marcas que se utilizaram do encantamento infantil para impulsionar a venda de produtos relacionados ao tema. Peppa é apenas mais um exemplo do poder que a publicidade exerce sobre as crianças.

Os nazistas já conheciam os efeitos de uma boa publicidade: são inúmeros os casos de pais delatados pelos próprios filhos – o que mostra a facilidade com que as crianças são influenciadas. Essa vulnerabilidade é maior até os sete anos de idade, quando a personalidade ainda não está formada. Muitas redes de lanchonetes, por exemplo, valem-se disso para persuadir seus jovens clientes: seus produtos vêm acompanhados por brindes e brinquedos. Assim, muitas vezes a criança acaba se alimentando de maneira inadequada na ânsia de ganhar um brinquedo.

A publicidade interfere no julgamento das crianças. No entanto, censurar todas as propagandas não é a solução. É preciso, sim, que haja uma regulamentação para evitar a apelação abusiva – tarefa destinada aos órgãos responsáveis. No caso da alimentação, a questão é especialmente grave, uma vez que pesquisas mostram que os hábitos alimentares mantidos até os dez anos de idade são cruciais para definir o estilo de vida que o indivíduo terá quando adulto. Uma boa solução, nesse caso, seria criar propagandas enaltecendo o consumo de frutas, verduras e legumes. Os próprios programas infantis poderiam contribuir nesse sentido, apresentando personagens com hábitos saudáveis. Assim, os pequenos iriam tentar imitar os bons comportamentos.

Contudo, nenhum controle publicitário ou bom exemplo sob a forma de um desenho animado é suficiente sem a participação ativa da família. É essencial ensinar as crianças a diferenciar bons produtos de meros golpes publicitários. Portanto, em se tratando de propaganda infantil, assim como em tantos outros casos, a educação vinda de casa é a melhor solução.

(Texto publicado na folha de São Paulo)

21. O texto segue uma linha de um gênero em que o autor tece uma ideia a partir de um ponto de vista. A esse tipo de texto, denomina-se:

- a) Dissertação;
- b) Descrição;
- c) Injuntivo;
- d) Narrativo.

22. Pode-se afirmar que a frase que resume a tese da autora é:

- a) A publicidade infantil deve ser denunciada.
- b) A publicidade infantil exerce influência sobre as crianças.
- c) Toda publicidade infantil é prejudicial para a criança.
- d) Deve-se proibir quaisquer tipos de publicidade infantil.

23. A frase do texto que retoma a tese da autora é:

- a) “Os nazistas já conheciam os efeitos de uma boa publicidade: são inúmeros os casos de pais delatados pelos próprios filhos(...);”
- b) “A publicidade interfere no julgamento das crianças.”
- c) “Os próprios programas infantis poderiam contribuir nesse sentido, apresentando personagens com hábitos saudáveis.”
- d) “É essencial ensinar as crianças a diferenciar bons produtos de meros golpes publicitários.”

24. No texto lido, são registrados alguns fatos que geram determinadas consequências. Dos registros apresentados a seguir, todos se referem a fatos, apenas um relaciona-se a uma consequência. Identifique-o.

- a) Popularização do programa infantil “Peppa Pig”;
- b) Acompanhamento de brindes e brinquedos nos produtos vendidos nas lanchonetes;
- c) Boa publicidade por parte dos nazistas.
- d) Alimentação inadequada, na ânsia de ter o brinquedo.

25. Existem vários tipos de argumentos utilizados nesses tipos de textos, podendo ser alusões históricas, dados ou pesquisas estatísticas, exemplos concretos; citações de pessoas renomadas, dentre outros. Dos argumentos citados abaixo, qual pode ser dado como exemplo de uma alusão histórica?

- a) “Os nazistas já conheciam os efeitos de uma boa publicidade: são inúmeros os casos de pais delatados pelos próprios filhos.”
- b) “A publicidade interfere no desenvolvimento da criança.”
- c) “No entanto, censurar todas as propagandas não é a solução.”
- d) “Os próprios programas infantis poderiam contribuir nesse sentido, apresentando personagens com hábitos saudáveis.”

26. A função de argumentos nesse tipo de texto tem como finalidade vários aspectos citados, **EXCETO**:

- a) Persuadir o leitor;
- b) Sustentar da tese;
- c) Repugnar a tese;
- d) Reforçar o posicionamento.

27. Geralmente nesse tipo de texto, há uma proposta de intervenção. A autora deixa como proposta:

- a) A proibição da publicidade infantil no que se refere a produtos alimentícios.
- b) A participação mais ativa da família no que diz respeito ao que deve ou não ser aderido pela criança e atenção às armadilhas implícitas nas publicidades.
- c) A participação exclusiva da propaganda utilizando personagens com hábitos saudáveis já é o suficiente.
- d) A determinação de horários para certos tipos de propagandas, principalmente as infantis.

28. *“Uma criança imitando os sons emitidos por porcos já foi atitude considerada como falta de educação. **No entanto**, após a popularização do programa infantil “Peppa Pig”, essa passou a ser uma cena comum no Brasil.”* A palavra destacada pode ser substituída sem prejuízo de sentido por:

- a) Portanto;
- b) Contanto;
- c) Entretanto;
- d) Porquanto.

29. *“Peppa é apenas mais um exemplo do poder **que** a publicidade exerce sobre as crianças.”* A palavra destacada faz referência a uma palavra, evitando, assim, redundância, sendo essa palavra:

- a) Peppa;
- b) Exemplo;
- c) Poder;
- d) Publicidade.

30. “Essa vulnerabilidade é maior até os sete anos de idade, **quando** a personalidade ainda não está formada.” É correto afirmar que a palavra destacada estabelece uma relação de:

- a) Tempo;
- b) Causa;
- c) Finalidade;
- d) Condição.

31. “**Essa** vulnerabilidade é maior até os sete anos de idade, quando a personalidade ainda não está formada”. A palavra destacada:

- a) É um pronome demonstrativo com sentido catafórico fazendo referência ao que é após o seu emprego.
- b) É um pronome demonstrativo com sentido anafórico retomando uma informação citada anteriormente.
- c) É um pronome demonstrativo apenas com um intuito de indicar uma posição de temporalidade entre dois termos.
- d) É um pronome indefinido que visa a uma relação ao que foi citado anteriormente e ao que foi citado após o seu emprego.

32. “Uma boa solução, nesse caso, **seria** criar propagandas enaltecendo o consumo de frutas, verduras e legumes.” O verbo destacado está concordando com o núcleo do sujeito que é:

- a) boa;
- b) solução;
- c) caso;
- d) propagandas.

33. “**Contudo**, nenhum controle publicitário ou bom exemplo sob a forma de um desenho animado é suficiente sem a participação ativa da família”. Pode-se afirmar que a palavra destacada exprime um(a):

- a) Oposição;
- b) Adição;
- c) Alternativa;
- d) Explicação.

34. “É essencial ensinar as crianças **a** diferenciar bons produtos de meros golpes publicitários.” A palavra destacada é uma preposição. Nesse caso não foi utilizado o acento indicador de crase pelo mesmo motivo que em:

- a) Estava **a** dois passos da chegada.
- b) Fui **a** pé até o centro da cidade.
- c) Estou cara **a** cara com o responsável pelo acidente.
- d) Sou favorável **a** buscar outra forma de solução.

Leia o trecho a seguir para responder as questões 35 e 36.

“Nunca consigo entender **POR QUE** muitos acasos são meros acasos, sendo que, para mim, tudo é uma questão do que se prevê no entrelaçar de seu enredo. Essa questão cujo porquê ainda insiste em deixar uma dúvida indubitável. Talvez daqui a algum tempo, que está porvir eu consiga entender cada acaso, sem me prender a bastantes questionamentos **MAL** explicados, se é que precisam de explicação. Só sei que **AONDE** irei, levarei sempre comigo, nem que inconscientemente, essa dúvida, que ousou chamá-la de cruel; entretanto não deixarei meus porquês, **AFIM** de não me estagnar, pois são nos questionamentos, são nas respostas que encontramos impulso para novos desafios, ou melhor, novos acasos.” (MENDONÇA, Tullius)

35. Algumas palavras possuem ortografias semelhantes, porém devem ser direcionadas aos empregos corretos, de acordo com o contexto em que estão inseridas e os sentidos expressos. Analisando o texto acima e as palavras destacadas, houve um emprego **INADEQUADO** em:

- a) Por que;
- b) Mal;
- c) Aonde;
- d) Afim.

36. “*Talvez daqui a algum tempo, que está porvir eu consiga entender cada acaso, sem me prender a **BASTANTES** questionamentos mal explicados, se é que precisam de explicação.*” O emprego da palavra destacada refere-se a um caso de concordância nominal. Em alguns casos, essa palavra deve ser empregada invariável, por estar como um advérbio. Um exemplo que comprova essa última afirmação, reforçando a **não** flexão da palavra em número.

- a) Eram questionamentos bastantes para tal situação.
- b) Já lhe disse bastantes vezes que isso não é pertinente.
- c) Estudamos bastantes para as provas finais.
- d) Gostaria de bastantes motivos para não desistir desse desafio.

Leia a tirinha a seguir.



37. Levando em consideração o emprego correto dos verbos no que diz respeito à regência verbal, de acordo com a gramática normativa, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Houve desacordo do emprego do verbo “ser” no primeiro quadrinho, por ser um verbo significativo.
- b) Houve desacordo no emprego do verbo “lembrar” no segundo quadrinho, pois ele está preposicionado, necessitando, assim, de ser pronominal.
- c) O emprego do verbo “lembrar” no terceiro quadrinho está de acordo com a gramática normativa, quanto à regência, por não ser pronominal.
- d) Houve desacordo da norma culta no emprego do verbo “ser” no primeiro quadrinho, por ser um verbo de ligação e não estar acompanhado de um predicativo.

38. Leia o trecho de um dos textos do livro “Entreatos”.

*“O palco já parece maior do que aquele em que pisei no primeiro ato, e já não consigo englobar tudo em uma só imagem – não sei se é por causa da luz –, pois nem tudo é visível, e quando penso que vi tudo, um novo planeta surge, uma nova galáxia, novos satélites. E o palco agora está mais infinito, tão infinito **que já não sei se conseguirei explorá-lo**”.* Analisando a oração destacada, é **CORRETO** afirmar que a mesma estabelece, em relação à anterior, uma:

- a) Consequência;
- b) Causa;
- c) Condição;
- d) Tempo.

39. “O palco já parece maior do que aquele em que pisei no primeiro ato, e já não consigo englobar tudo em uma só imagem – não sei se é por causa da luz –, pois nem tudo é visível, e quando penso que vi tudo, um novo planeta surge, uma nova galáxia, novos satélites. E o palco agora está mais infinito, tão infinito que já não sei se conseguirei explorá-lo”. Dos verbos retirados do texto acima, **ASSINALE** aquele em que há distinção de pessoa.

- a) consigo;
- b) sei;
- c) penso;
- d) surge.

40. “Um telefonema que o deixou com uma dúvida que parecia inexplicável. Por que tal resposta que, para ele, era uma pergunta óbvia? Tudo por causa de um diálogo.

- Quem está falando?
- Sou eu, Seu Antônio.
- Tudo bem aí no sítio, Tônico?
- Mais ou menos, Seu Antônio. Um pobreminha um pouco grave.
- PROBLEMINHA um pouco grave? O que foi? Com meu pai?
- É... não... é... não...
- Espera aí, é ou não é? Não entendi.
- Bem. Sabe aquela cadeira que o sinhô tanto gosta, que foi da sua bisavó?
- Sei sim. O que tem ela? E o meu pai?
- É que ele sentou nela.
- E o que tem ele sentar nela?
- Ele sentou na cadeira e quebrou o braço.
- Nosso Deus! E como está? Levou ao hospital? Ele está bem? Teve que engessar?
- Não. O Marceneiro só bateu uns pregos e parece que já está tudo bem.
- Marceneiro? Prego? Vocês crucificaram meu pai?
- Não. Só consertamos o braço. Por quê? É para crucificar seu pai?

(MENDONÇA, Tullius)

Após a leitura do texto acima, o que provoca o efeito de sentido e humor no texto:

- a) A ambiguidade causada devido o duplo sentido da palavra “braço” no texto.
- b) A linguagem bem regional do caseiro do sítio empregando palavras de forma inadequada como a palavra “pobreminha”.
- c) A dúvida que fica subentendida sobre se o acidente ocorrido com o pai de Antônio tenha sido realmente um acidente.
- d) O fato de Tônico ter levado o pai de Antônio a um marceneiro em vez de levá-lo a um hospital.

FISCAL DE SALA: Destaque esta folha e entregue ao candidato ao final da prova.

CARTÃO RESPOSTA (RASCUNHO)

RESPOSTAS DE 1 A 10

1	A	B	C	D
2	A	B	C	D
3	A	B	C	D
4	A	B	C	D
5	A	B	C	D
6	A	B	C	D
7	A	B	C	D
8	A	B	C	D
9	A	B	C	D
10	A	B	C	D

RESPOSTAS DE 11 A 20

11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D

RESPOSTAS DE 21 A 30

21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D

RESPOSTAS DE 31 A 40

31	A	B	C	D
32	A	B	C	D
33	A	B	C	D
34	A	B	C	D
35	A	B	C	D
36	A	B	C	D
37	A	B	C	D
38	A	B	C	D
39	A	B	C	D
40	A	B	C	D

**AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA O CARTÃO RESPOSTA, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.
USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.**